

# Aliança teme seu próprio fim

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Em discurso pronunciado ontem na Constituinte, o deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP) criticou as lideranças da Aliança Democrática pela "lavagem de roupa suja" em público, o que, segundo ele, "até dispensa os adversários Lula da Silva (PT-SP), à esquerda, e Amaral Neto (PDS-RJ), à direita, de fugirem o governo".

Queixou-se o parlamentar de que esses líderes falam muitas vezes em nome dos colegas "sem autorização" e, por isso, preconizou que a Aliança Democrática escolha um líder para a Constituinte, o qual tenha trânsito em todas as bancadas. "Não é possível — acrescentou — vermos pelos jornais essa guerra interna, que não serve nem ao presidente Sarney nem ao ministério. Estamos assistindo a uma promoção pessoal, aos apetites pessoais de alguns que ficam assanhados com as luzes da televisão."

Se a Aliança Democrática acabar, o presidente Sarney terá sérios problemas de sustentação política, pois ela tem sido a garantia da transição para a consolidação da democracia, acha o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que nos últimos dias tem se dedicado à tarefa de evitar mais atritos entre o PMDB e o PFL, mantendo conversas reservadas com as lideranças dos dois partidos. A Aliança representa o equilíbrio das forças que apoiam o governo, abrangendo tendências políticas diferentes e evitando a radicalização, segundo o parlamentar.

Enquanto Cardoso Alves não esconde a preocupação com a possibilidade do fim da Aliança, o secretário de Negócios Jurídicos de São Paulo, Cláudio Lembo, não tem dúvidas de que a Aliança Democrática já acabou, "desde a instalação da Constituinte". O PFL agora deve buscar sua identidade e estimular posição crítica, pois os objetivos comuns da transição democrática já foram alcançados, frisou. A Aliança chegou ao ponto de exaustão e não precisa formalizar sua extinção, ainda que se mantenha a designação para efeito formal, observou Lembo.

O líder do PFL, José Lourenço, pensa como Cardoso Alves, e, apesar de ter sido ouvido há dias em discussões com o deputado João Hermann Neto, insiste na manutenção da Aliança Democrática: "Acontece que estamos atravessando uma fase de crise e devemos manter a cabeça fria. É o que temos feito". Quanto às acusações de Hermann Neto de que estaria a serviço de multinacionais do setor financeiro, Lourenço respondeu com ironia, observando que o deputado paulista foi rejeitado pela bancada do PMDB ao perder a eleição para a liderança. Sem a unidade da Aliança ficará difícil a situação de Sarney, acentuou.

O próprio presidente do PFL, deputado Maurício Campos, entretanto, entende que a convivência entre os dois partidos está ficando difícil, e a tendência é piorar. A Aliança, em sua opinião, ainda não acabou, mas as perspectivas não são otimistas, embora tenha sido prejudicada pela crise econômica e seus reflexos na área política. Campos observou que o PMDB quer assumir o comando da política econômica do governo e o PFL discorda dessa política, mantendo sua posição de crítica independente: "Os peemedebistas podem não gostar desta situação, mas nosso comportamento não será alterado".

O deputado Del Bosco Amaral (PMDB/SP) considera que a Aliança Democrática está "agonizando" e o PFL deve entender que o comando tem de ser da maioria do PMDB, enquanto para João Cunha (PMDB/SP) a Aliança Democrática acabou depois de cumprida sua tarefa principal, que foi a eleição de Tancredo Neves.

O acirramento das divergências entre o PMDB e o PFL verificado esta semana pode afetar a estabilidade política do governo José Sarney, segundo experientes políticos com assento na Assembleia Nacional Constituinte. Para alguns deles, há muito terminou a Aliança Democrática, pelo que o governo apenas dispõe de apoio condicional e limitado tanto do PMDB quanto do PFL.

"O PMDB é simples carona, oportunista. Pegou o bonde andando. Está dizendo que não tem nada com o governo por receio de perder espaço na reforma do Ministério. É um terror de natureza fisiológica. Não quer assumir responsabilidades" — observou o líder do PTB, Gastoni Righi.

"Quando dá certo é o PMDB que acertou. Quando dá errado, o erro é da Aliança Democrática — registrou Thomaz Nonó (PFL-AL). — Quando fomos ponderar com o Beluzzo, ele dizia que não entendíamos o Plano Cruzado, que era uma coisa maravilhosa. Não fomos ouvidos antes nem durante."

"O PMDB conduz mal a política econômico-financeira e adota uma linguagem de palanque para efeitos externos" — segundo Alceny Guerra (PFL-PR).

Para o deputado Felipe Mendes (PFL-PI), esse casamento não vai terminar bem. "As brigas nos Estados minam as bases da Aliança."

Segundo Eduardo Jorge (PT-SP) "nessa relação a parcela progressista do PMDB é a que mais perde. A liderança da Aliança Democrática é dada pelo eixo PFL e moderados do PMDB. Se quiserem manter suas posições históricas, os peemedebistas progressistas terão de assumir posição cada vez mais independente ante o governo".

"Há o risco de que esse casamento se transforme em divórcio sem que o PMDB leve qualquer patrimônio. O PMDB tem-se submetido à postura conservadora do PFL porque este tem maior homogeneidade ideológica e terminará por ser o grande partido de sustentação do governo José Sarney" — prognosticou o líder do PDT, Brandão Monteiro.

Ninguém, porém, se anima a prever que o PFL, partido nascido para apoiar o governo e habituado a às vitórias oficiais, ingresse na oposição. Há quem ache que ele vai tentar limitar o PMDB, isto é, assumir postura crítica ante o governo sem abandonar os cargos federais que ocupa.



Apesar do desencontro de informações, Sant'Anna não se considera desprestigiado por Sarney

## Sant'Anna, líder desinformado

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Pouco mais de duas semanas depois de designado líder do governo e da maioria na Câmara, o deputado Carlos Sant'Anna experimentou sua primeira decepção no novo cargo. Até perto das 16 horas de ontem, ele continuava acreditando que o governo ainda não havia decretado a moratória e que outro tipo de solução estava sendo negociada com os credores. Justifica-se a confiança do deputado peemedebista: o ministro Dilson Funaro, da Fazenda, prometeu-lhe que nenhuma medida econômica importante seria adotada antes do seu comparecimento perante a bancada do PMDB, previsto para o dia 25.

Cercado pelos jornalistas com indagações sobre a situação do PMDB diante do fato consumado, o deputado baiano reagiu afirmando não ser "porta-voz do governo para questões econômicas, e sim para questões políticas". Depois, disse não se sentir desprestigiado pelo fato de não ter

sido informado a tempo sobre detalhes da operação, pois considera que o ministro Funaro estava certo ao decidir rapidamente, sem ouvir o partido, em função da gravidade da situação.

Na véspera, Carlos Sant'Anna havia estado por mais de cinco horas com o ministro da Fazenda, em companhia de outros peemedebistas, e deixou o Ministério convencido de que nenhuma providência havia sido formalizada. Pouco antes, a desinformação do líder governista já ficara evidente, quando concebeu entrevista a uma emissora de televisão garantindo que nenhuma providência fora tomada.

O parlamentar não se dava por vencido e arrumou esta explicação: "Tudo foi feito às pressas, porque as negociações se esgotaram e o ministro da Fazenda foi obrigado a adotar a medida".

O líder governista chegou a essa conclusão depois de reunir-se com todos os líderes partidários no Congresso, às 15h30, quando participou da comunicação da decisão do gover-

no, ao lado do senador Fernando Henrique Cardoso. Antes, entretanto, quando foi ao Palácio do Planalto, de manhã, em companhia do líder peemedebista no Senado, Fernando Henrique Cardoso, o deputado baiano ouviu do presidente Sarney que a decisão seria anunciada logo mais à noite.

Baseado nas palavras do presidente e na promessa de Dilson Funaro, Sant'Anna insistia que o que vale, nesses casos, não é o noticiário da imprensa ou comunicado que talvez o embaixador brasileiro em Washington tenha levado ao presidente Ronald Reagan: o que conta é o anúncio oficial do presidente Sarney — o que aconteceu ontem à noite —, apesar de o País inteiro já ter conhecimento da decisão.

A reunião dos líderes governistas com os líderes dos demais partidos foi necessária, segundo Sant'Anna, para evitar que eles fossem surpreendidos com a decretação da moratória. O deputado baiano garantiu ter combinado a reunião com o próprio presidente da República.

## Crise poderá encurtar mandato

CARLOS CHAGAS

Vai dar certo? No plenário da Assembleia Nacional Constituinte as opiniões se dividiam, ao contrário do ocorrido um ano atrás, quando o Congresso inteiro aplaudiu e confluíu no Plano Cruzado. A disposição do presidente José Sarney de decretar a minimortória como forma de enfrentar e debelar a crise econômica despertou também o ceticismo, junto com as esperanças. Poucos se insurgiram contra o ato em si, entre eles Roberto Campos, do PDS, e Francisco Dornelles, do PFL. Muitos, porém, mesmo aplaudindo a iniciativa, que vem de encontro às suas posições ideológicas, duvidam de seu êxito para reduzir a inflação, fazer baixar os juros bancários e acabar com a desordem no abastecimento. Entre eles, Fernando Lyra e Francisco Pinto, do PMDB, Lysáneas Maciel, do PDT, e Florestan Fernandes, do PT.

A maioria do PMDB, por motivos políticos, preferiu confiar, assim como o PFL. Afinal, tratou-se de medida adotada pelo governo que devem apoiar, da qual, aliás, foram participados antes pelo presidente da República.

As atenções estão voltadas para os resultados, que em poucas semanas se farão sentir, não só da minimortória como de outras iniciativas em gestação ou já decididas. Caso a inflação reflua, os juros baixem e o abastecimento se normalize, sem que venham a recessão e o desemprego, o governo terá adquirido o crédito bastante para afastar a sombra da antecipação das eleições presidenciais logo depois de promulgada a nova Constituição, este ano ou no começo do próximo. Sarney pode-

rá ver garantidos no mínimo quatro anos e, até, negociar cinco. Se não houver resposta positiva da reforma econômica, porém, dificilmente evitará a interrupção abrupta de seu mandato. Em especial se, da minimortória, resultarem efeitos desastrosos como a interrupção do fluxo de novos capitais para o País, a dificuldade nas importações de componentes essenciais para a indústria, o bem-estar e sucedâneos.

Ninguém acusava o presidente José Sarney, entre os constituintes, de haver apelado para a minimortória como se tira do baú a velha fórmula de arranjar "inimigos" externos quando se enfrenta uma crise interna. Os tempos do general Galtieri passaram. A minimortória veio porque não há mesmo dinheiro, sequer para pagar os juros.

A coincidência entre os fatores, no entanto, de a minimortória ter vindo agora, quando o mandato presidencial se vê ameaçado, leva a inevitável consequência. A sorte do período administrativo do primeiro governo na Nova República está sendo jogada nos próximos dias. Ou semanas, no máximo.

A chamada massa silenciosa do PMDB, até dois meses atrás dócil e disposta a apoiar o presidente em tudo, a começar pelo mandato de seis anos, ressentiu-se dos efeitos da crise econômica. Aos poucos foi sendo sensibilizada pela esquerda independente, sequiosa de precipitar a sucessão. Mesmo no PFL, antes plenamente enquadrado, as queixas surgiram e se ampliaram. Continuando as coisas como iam, breve o Palácio do Planalto não contaria com 200 deputados e senadores fiéis, entre 559. Se não foi o motivo princí-

pal, essa realidade também pesou para que o presidente se decidisse pelo novo elenco de reformas, das quais o carro-chefe é a suspensão temporária das remessas de divisas para o Exterior. Dando certo, a sua bancada pessoal voltará ao que pareceu ser logo depois do dia 15 de novembro: amplamente majoritária, com 380 ou mais parlamentares.

Todas as fichas do governo estão na mesa e suas cartas começarão a ser abertas. Sabendo disso é que metódica estratégia foi montada, passando até por alguns abusos. Um deles aconteceu sob a forma de notícias plantadas na imprensa por altos funcionários oficiais. Eles informaram da existência de um "complot interanacional" contra o ministro Dilson Funaro. E nacional, também, disseram, acusando empresários e órgãos de comunicação de pretender desestabilizá-lo. Ora, se alguém quer que a economia funcione, dê certo e se desenvolva, são eles.

O risco é grande, inclusive se a moda pegar. Porque não dispendo o Brasil de divisas para saldar seus compromissos, ou pretendendo manter aqui essas divisas, para impulsionar o desenvolvimento, o governo breve enfrentará embaraçosa questão. Se as nações podem agir assim, por que não os cidadãos? O leão ameaça sair da jaula no mês que vem. Suas garras cairão sobre a classe média como nunca aconteceu. Que tal a sugestão de cada um decretar sua minimortória privada, participando à Secretaria de Receita Federal que não pagará o Imposto de Renda devido, ou adiará o pagamento por vários meses, até que as autoridades aceitem receber apenas 2,5% de nossa renda bruta?

## Presidente tranquiliza os liberais

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O presidente Sarney assegurou a dirigentes do PFL que não está cogitando de reformar o Ministério a curto prazo e muito menos substituir ministros pefelistas. A declaração do chefe do governo foi feita respondendo aos líderes do PFL que lhe comunicaram a disposição de não perder espaço no primeiro escalão.

O PFL reafirmou que se um dos cinco for afastado da equipe ministerial "todos entregarão os cargos". Os ministros pefelistas são Aureliano Chaves (Minas e Energia), Jorge Bornhausen (Educação), Marco Maciel (Casa Civil), Abreu Sodré (Relações Exteriores) e Antônio Carlos Magalhães (Comunicações).

Os dirigentes do PFL comentaram as insistentes notícias de que o ministro da Educação — ao lado dos ministros José Hugo Castelo Branco e Roberto Santos, do PMDB — estaria entre os mais prováveis candidatos à substituição. O presidente da República esclareceu que não pretende afastar ninguém do PFL ou fazer troca de pastas, mantendo as atuais pastas do segundo partido da Aliança Democrática.

Líderes do PFL confirmaram, ainda, informações de dirigentes do PMDB de que, a curto prazo, Sarney não vai cuidar da reforma do seu Ministério. Explicaram que não seria conveniente alimentar notícias e especulações de mudanças de ministros "justamente numa hora em que se iniciam negociações da dívida externa".

## Liberais já discutem o 'socialismo'

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Se a proposta do ministro chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, de mudar a denominação do PFL para Partido Socialista Liberal, for ao exame de sua bancada federal, terá pelo menos um voto: o do deputado Alysson Paulinelli, ex-ministro da Agricultura do governo Geisel e provavelmente as simpatias de seu anti-



Alysson Paulinelli

go chefe: "Se o PFL adotar esse nome, vou me sentir muito bem. Em nenhum momento, defendi o imobilismo social. O socialista é contra o imobilismo. Não terei qualquer constrangimento em me denominar socialista. Em matéria fundiária, ainda sou o maior reformador desse país". Indagado sobre a possibilidade de trazer seu ex-chefe, Ernesto Geisel, para o PSL, admitiu genericamente: "Não foi ele quem assinou o maior número de desapropriações de terras?"

A seu lado, o superintendente da Sudene na era de Geisel, deputado José Lins (PFL-CE) se mostrou preocupado: "É muito contraditório. Um tanto incompatível, socialismo e liberalismo".

O ex-ministro do Trabalho de Geisel, Arnaldo Prieto (PFL-RS), disse: "Prefiro que o partido se chame Liberal Trabalhista. A palavra trabalhista tem mais força". Já o deputado Mozarlido Cavalcante (PFL-RO) foi cauteloso: "O liberalismo conflita com socialismo. Devemos ter maior preocupação com o social".